

Demonstrações Contábeis

**INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA
ALBERTO SANTOS DUMONT**

31 de dezembro de 2021 e 2020

com Relatório do Auditor Independente

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📷 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

SUMÁRIO:

Relatório do auditor independente 1-3

Anexos:

Balancos patrimoniais..... 4-5

Demonstração de resultado do período 6

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 7

Demonstração do fluxo de caixa 8

Notas explicativas às demonstrações contábeis 9-29

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📷 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT

CNPJ. : 19.176.461/0001-48

**“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS”****Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, , para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Auditoria período anterior**

As demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT**, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 18 de fevereiro de 2021, que não conteve modificação.

1

NOSSOS ESCRITÓRIOS**São Paulo**
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO**Recife**
✉ recife@grupoaudisa.com.br**Porto Alegre**
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br**Rio de Janeiro**
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br**SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS**

f /audisa.consultores

@grupoaudisa

in /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

f /audisa.consultores

@ @grupoaudisa

in /company/grupoaudisa

globe PORTALAUDISA.COM.BR

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 04 de fevereiro de 2022.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP "S" - RN 024298/O-3

Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior
Contador - CRC/RS "S" - RN- 058.252/O-1

CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04

3

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 [/audisa.consultores](https://www.facebook.com/audisa.consultores)


📷 [@grupoaudisa](https://www.instagram.com/grupoaudisa)

🌐 [/company/grupoaudisa](https://www.linkedin.com/company/grupoaudisa)

🌐 [PORTALAUDISA.COM.BR](https://www.portalaudisa.com.br)

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

IVAN ROBERTO DOS SANTOS PINTO
JUNIOR (56687850091)
Data: 2/15/2022 12:39:34 PM -03:00



VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: 07A69-124FD-63D99-CBC31

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo:

<https://fenacondoc.com.br/valida-documento/07A69-124FD-63D99-CBC31>

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo:



INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

**Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

Ativo	Nota explicativa	2021	2020
Circulante - Recursos com restrição			
Contrato de Gestão - MEC			
Caixa e equivalentes de caixa	3	34.013.295	9.336.771
Adiantamentos e outros créditos	4-5	18.835.588	25.749.871
		52.848.883	35.086.642
Verba Fundos de Saúde			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.620.881	3.353.401
Adiantamentos e outros créditos			
	4-5	18.835.588	25.749.871
		52.848.883	35.086.642
Verba Fundos de Saúde			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.620.881	3.353.401
Adiantamentos e outros créditos	4-5	6.535.083	1.532.139
		10.155.964	4.885.540
Circulante - Recursos sem restrição			
Verba Livre			
Caixa e equivalentes de caixa	3	198.640	84.247
		198.640	84.247
Verba Prefeitura			
Caixa e equivalentes de caixa	3	385.017	244.443
Valores a receber	4-5	163.613	-
		548.630	244.443
Total ativo circulante		63.752.117	40.300.871
Não circulante - Recursos com restrição			
Realizável a Longo Prazo			
Contrato de Gestão - MEC			
Contrato de Gestão	4	166.716.616	-
Imobilizado			
(-) Depreciação acumulada	7	11.471.765	8.712.673
	7	-2.184.781	-1.907.725
		176.003.600	6.804.949
Verba Fundos de Saúde			
Imobilizado	7	281.962	33.635
(-) Depreciação acumulada	7	-16.062	-9.832
		265.900	23.803
Não circulante - Recursos sem restrição			
Verba Livre			
Imobilizado	7	34.984	36.083
(-) Depreciação acumulada	7	-9.802	-4.484
		25.182	31.598
Verba Prefeitura			
Imobilizado	7	40.057	33.577
(-) Depreciação acumulada	7	-16.767	-10.738
		23.290	22.840
Bens de Terceiros			
Bens de terceiros - AASDAP	6.1	29.921.289	18.899.168
Bens de terceiros - UFRN	6.2	28.483.713	28.483.713
Bens de terceiros - Secretaria Municipal de Saúde Macaíba	6.3	367.960	367.960
(-) Ajuste de vida útil econômica - bens de terceiros	6	-15.151.842	-10.968.058
		43.621.119	36.782.783
Contrato de Gestão - MEC			
Intangível	7	14.660	14.660
		14.660	14.660
Total ativo não circulante		219.953.751	43.680.633
Bens administrados de terceiros			
	6	105.090	105.090
		105.090	105.090
Total do ativo		283.810.958	84.086.594

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo			
	Nota explicativa	2021	2020
Circulante - Recursos com restrição			
Contrato de Gestão - MEC			
Contas a pagar	10	171.819	200.967
Obrigações tributárias	8	14.587	18.384
Obrigações sociais	9	205.626	188.282
Provisão para passivo contingente	13	23.618	-
Provisões de férias e encargos	11	641.263	566.546
Contrato de Gestão	12	61.093.614	40.932.071
		62.150.527	41.906.251
Verba Fundos de Saúde			
Contas a pagar	10	229.015	18.143
Obrigações tributárias	8	1.479	1.438
Obrigações sociais	9	53.158	51.417
Provisões de férias e encargos	11	193.358	157.409
Contrato F.M.S. Macaíba	12	7.113.049	2.299.763
		7.590.060	2.528.170
Circulante - Recursos sem restrição			
Verba Livre			
Contas a pagar	10	-	9.800
Obrigações tributárias	8	3.185	-
Obrigações sociais	9	3.065	-
		6.250	9.800
Verba Prefeitura			
Contas a pagar	10	8.136	7.400
Obrigações tributárias	8	682	562
		8.819	7.962
Total passivo circulante		69.755.655	44.452.183
Não circulante - Recursos com restrição			
Contrato de Gestão - MEC			
Contrato de Gestão			
		166.716.616	-
		166.716.616	-
Recursos F.N.S.			
Recursos F.N.S. - PRONAS/PCD	12	1.950.521	1.499.321
		881.283	881.852
		2.831.804	2.381.173
Não circulante - Recursos sem restrição			
Verba Livre			
Bens recebidos em doação - a realizar		25.182	31.598
		25.182	31.598
Bens de Terceiros			
Bens de terceiros - AASDAP	6.1	29.921.289	18.899.168
Bens de terceiros - UFRN	6.2	28.483.713	28.483.713
Bens de terceiros - Secretaria Municipal de Saúde Macaíba	6.3	367.960	367.960
(-) Ajuste de vida útil econômica - bens de terceiros	6	-15.151.842	-10.968.058
		43.621.119	36.782.783
Total passivo não circulante		213.194.721	39.195.554
Bens administrados de terceiros	6	105.090	105.090
		105.090	105.090
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	18	333.767	252.858
Superávit dos Exercícios		421.724	80.909
		755.491	333.767
Total do passivo e patrimônio líquido		283.810.958	84.086.594

Reginaldo A. de Oliveira Freitas Júnior
CPF: 030.274.724-96
Representante Legal

Eduardo Serbaro Tostes
Contador - CRC 1SP187364/O-1
CPF: 169.886.078-11

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

**Demonstrações do Resultado dos Períodos
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

	Nota explicativa	2021	2020
RECEITAS OPERACIONAIS			
Receita Operacional - Verba Livre	19		
Doações		-	8.669
Patrocínios		-	8.400
Outras Captações de Recursos		262.408	54.948
Doações Recebidas-Imobilizado/Materiais		6.230	3.709
		268.639	75.726
Receita Operacional - MEC			
Contrato de Gestão - Realizado	19	12.043.991	11.717.629
		12.043.991	11.717.629
Receita Operacional - Prefeitura (SUS)			
Prestação de serviços	19	311.829	181.572
Convênio Prefeitura		240.000	123.850
		551.829	305.422
Receita Operacional - F.M.S. Macaíba			
Contrato F.M.S. Macaíba - Realizado	19	2.477.536	2.099.271
Contrato F.N.S. PRONAS/PCD - Realizado		18.571	-
		2.496.107	2.099.271
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Trabalho Voluntário/Isenções/Gratuidades			
Trabalho Voluntário	22	19.962	14.950
Isenções	24	2.041.093	1.956.286
		2.061.055	1.971.236
Receita líquida		17.421.621	16.169.283
Despesas Operacionais - Verba Livre			
Despesas administrativas	20	-154.271	-25.589
		-154.271	-25.589
Despesas Operacionais - MEC			
Despesas Gerais - Sede	20	-2.331.143	-2.327.572
Despesas Gerais - CP IIN-ELS Macaíba		-5.690.971	-4.450.304
Despesas Gerais - CEP Saúde		-3.967.187	-3.563.718
Despesas Gerais - Campus do Cérebro		-54.691	-1.376.034
		-12.043.991	-11.717.629
Despesas Operacionais - Prefeitura (SUS)			
Despesas administrativas	20	-257.448	-275.806
Despesas tributárias		-	-6
		-257.448	-275.812
Despesas Operacionais - FMS Macaíba			
Despesas com pessoal	20	-2.092.715	-1.916.441
Despesas administrativas		-401.872	-181.490
Despesas tributárias		-330	-459
Despesas financeiras		-1.190	-882
		-2.496.107	-2.099.271
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Trabalho Voluntário/Isenções/Gratuidades			
Trabalho Voluntário	22	-19.962	-14.950
Isenções	24	-2.041.093	-1.956.286
		-2.061.055	-1.971.236
(=) Superávit líquido antes do resultado financeiro		408.749	79.747
Resultado financeiro - Verba Livre			
Receitas financeiras	21	4.785	177
Despesas financeiras		-1.209	-1.377
		3.576	-1.200
Resultado financeiro - Prefeitura (SUS)			
Receitas financeiras	21	10.546	3.529
Despesas financeiras		-1.147	-1.167
		9.400	2.363
(=) Superávit líquido dos exercícios		421.724	80.909

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reginaldo A. de Oliveira Freitas Júnior
CPF: 030.274.724-96
Representante Legal

Eduardo Serbaro Tostes
Contador - CRC 1SP187364/O-1
CPF: 169.886.078-11

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit dos Exercícios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	406.093	-153.236	252.858
Incorporação do déficit do exercício anterior	-153.236	153.236	-
Superávit do exercício	-	80.909	80.909
Saldos em 31 de dezembro de 2020	252.858	80.909	333.767
Incorporação do superávit do exercício anterior	80.909	-80.909	-
Superávit do exercício	-	421.724	421.724
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>333.768</u>	<u>421.724</u>	<u>755.491</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reginaldo A. de Oliveira Freitas Júnior
CPF: 030.274.724-96
Representante Legal

Eduardo Serbaro Tostes
Contador - CRC 1SP187364/O-1
CPF: 169.886.078-11

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit líquido dos exercícios	421.724	80.909
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação	490.715	499.788
Baixa de depreciação de bens do ativo imobilizado	-196.081	-8.817
Provisão para contingências	23.618	-18.413
	<u>739.976</u>	<u>553.467</u>
Variações nos ativos e passivos - Verba Livre		
Contas a pagar	-9.800	9.800
Obrigações tributárias	3.185	-
Obrigações sociais	3.065	-
	<u>-3.550</u>	<u>9.800</u>
Variações nos ativos e passivos - MEC		
Adiantamentos e outros créditos	6.914.283	-2.311
Contas a pagar	-29.149	162.237
Obrigações tributárias	-3.797	2.308
Obrigações sociais	17.343	76.042
Provisões de férias e encargos	74.717	273.249
Contrato de Gestão - MEC	20.161.543	-11.287.197
	<u>27.134.941</u>	<u>-10.775.672</u>
Variações nos ativos e passivos - Prefeitura		
Valores a receber	-163.613	71.355
Contas a pagar	736	-10.600
Obrigações tributárias	120	-939
Obrigações sociais	-	-611
	<u>-162.756</u>	<u>59.205</u>
Variações nos ativos e passivos - Fundos de Saúde		
Adiantamentos e outros créditos	-5.002.944	-1.464.028
Contas a pagar	210.872	-9.665
Obrigações tributárias	41	-2.303
Obrigações sociais	1.741	-53.164
Provisões de férias e encargos	35.950	-243.922
Recursos Verba F.M.S. Macaíba	4.813.286	656.850
	<u>58.946</u>	<u>-1.116.232</u>
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>27.767.557</u>	<u>-11.269.432</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Contrato de Gestão - MEC	-166.716.616	-
Aquisição imobilizado tangível - Verba Livre	-	-30.084
Aquisição imobilizado tangível - MEC	-2.957.243	-622.883
Aquisição imobilizado tangível - Verba Prefeitura	-6.480	-9.360
Aquisição imobilizado tangível - Verba Fundos de Saúde	-248.327	-
Baixa de bens do ativo imobilizado	13.717	34.119
Baixa de bens de terceiros	185.533	1.316.115
Caixa líquido das atividades de investimento	<u>-169.729.416</u>	<u>687.907</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Contrato de Gestão - MEC	166.716.616	-
Recursos Verba FMS Macaíba	-	-
Recursos F.N.S.	451.200	1.499.321
Recursos F.N.S. PRONAS/PCD	-568	881.852
Bens recebidos em doação - a realizar	-6.416	26.454
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>167.160.831</u>	<u>2.407.627</u>
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>25.198.972</u>	<u>-8.173.898</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.581.213	21.192.759
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	34.398.312	9.581.213
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>24.817.099</u>	<u>-11.611.546</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reginaldo A. de Oliveira Freitas Júnior
CPF: 030.274.724-96
Representante Legal

Eduardo Serbaro Tostes
Contador - CRC 1SP187364/O-1
CPF: 169.886.078-11

1. Informações gerais

Contexto operacional

O Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont (“Entidade” ou “Instituto”) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e qualificada como Organização Social (OS) nos termos da lei 9.637 de 15 de maio de 1998, por meio de Decreto Presidencial de 27 de fevereiro de 2014, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) em 28 de fevereiro de 2014. O Instituto obteve a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, conforme Portaria nº 1.592 de 04 de outubro de 2018, publicada no D.O.U em 10 de outubro de 2018. Foi reconhecido como de Utilidade Pública Estadual e Municipal, respectivamente através das Leis nº 11.012 de 09/11/2021 e nº 2.032 de 06/09/2019. Constituído em 25 de setembro de 2013, o Instituto possui sua sede administrativa e filiais na cidade de Macaíba, estado do Rio Grande do Norte.

O Instituto tem por missão/objetivo o desenvolvimento de ações e projetos nas áreas de educação, promovendo o ensino em todos os seus níveis, e de pesquisa científica, inclusive pesquisas de ponta em múltiplas áreas da ciência e do conhecimento, envolvendo projetos de âmbito educacional, social e de desenvolvimento econômico, promovendo e contribuindo para o desenvolvimento da educação, da ciência, da saúde e da tecnologia no Brasil, por meio de suas unidades próprias e das unidades a ele associadas. Poderá ainda o Instituto prestar serviços na área da saúde materno infantil e suas interfaces com neurociências, neuroengenharia e reabilitação motora sensorial, visando a formação de profissionais da área de saúde.

Em julho de 2014 o Instituto firmou Contrato de Gestão com o Ministério da Educação – MEC. O Plano de trabalho a ser executado pelo Instituto engloba Metas e Indicadores de: Desempenho, Diretrizes Estratégicas, Sistemas de Avaliação e as Principais Ações no período 2014-2017 (prazo de execução do Contrato de Gestão). Em 28 de dezembro de 2017 foi assinado o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão que prorrogou a vigência até 31/12/2018. Em 21 de novembro de 2018 foi assinado o 6º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão que prorrogou a vigência até 31/12/2019. Em 26 de dezembro de 2019 foi assinado o 8º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão que prorrogou a vigência até 31/12/2020. Em 21 de dezembro de 2020 foi assinado o 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão que prorrogou a vigência até 31/12/2021. Em 28 de dezembro de 2021 foi firmado um novo Contrato de Gestão com vigência até 31/12/2030.

No âmbito da assistência em saúde, o Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (Anita) foi habilitado, conforme a Portaria nº 1.430/SAS/MS, de 17 de outubro de 2016, como Centro Especializado em Reabilitação CER-III, o qual oferece assistência a 3 tipos de modalidade: Auditiva, Motora e Intelectual. Em 21 de dezembro de 2018, foi firmado, o Termo de Convênio entre o Fundo Municipal de Saúde e o Instituto, com previsão de valor global de R\$ 2,4 milhões para o ano de 2019. Em 02 de janeiro de 2020, foi firmado novo Termo de Convênio com previsão global de R\$ 2,4 milhões para o ano de 2020. Em 01 de janeiro de 2021, foi firmado um novo Termo de Convênio com previsão global de R\$ 2,4 milhões para o ano de 2021. A Portaria nº 1.842/GM/MS, de 05 de agosto de 2021 alterou a habilitação para CER-IV, passando a incluir a modalidade Visual nos atendimentos realizados pela unidade. Em 29 de dezembro de 2021, foi firmado novo Termo de Convênio com previsão global de R\$ 4,1 milhões para o ano de 2022.

No contexto da pandemia do coronavírus, durante o primeiro semestre do ano o Instituto aprimorou as medidas de prevenção, restringindo circulação de pessoas em suas unidades e ampliou a oferta de atendimento por telessaúde. O Instituto também suspendeu as atividades acadêmicas presenciais do mestrado e da residência, adotando o formato remoto. Todos os serviços essenciais do Instituto permaneceram presenciais – o que incluiu atividades como pré-

natal de alto risco, serviços de apoio diagnóstico como exames laboratoriais e de imagem, entre outros.

No segundo semestre, com o avanço da vacinação, houve a retomada das atividades presenciais. Esse conjunto de ações permitiu que as metas institucionais previstas para o ano fossem atingidas em sua maioria, como poderá ser observado no Relatório Anual deste mesmo ano, disponível em www.institutosantosdumont.org.br.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de Preparação

2.1.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e nas disposições da ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucro e pelas normas completas (IFRS completas), para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucro.

A Administração do Instituto aprovou as demonstrações contábeis e sua divulgação em 28 de janeiro de 2022.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis da Entidade. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Instituto revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.3. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido

de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os saldos são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A partir de 1º de janeiro de 2018, através da IFRS 9, foi estabelecido, entre outros, nova classificação e mensuração de ativos financeiros. Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme abaixo:

Custo amortizado: Ativo financeiro cujo fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Ativo financeiro cujo fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais como também sua venda;

Valor justo por meio do resultado: Todos os demais ativos financeiros.

Custo Amortizado

De acordo com o modelo de negócios da Empresa, os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ou seja:

Os ativos financeiros da Entidade são: contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto investimentos de curto prazo eventualmente registrados.

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado.

Os passivos financeiros são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado. São incluídos como passivos financeiros: fornecedores, obrigações sociais e tributárias e outras contas a pagar.

2.6. Contas a receber

As contas a receber do Instituto são avaliadas no momento inicial pelo valor presente.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Entidade), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.7. Imobilizado

É demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 7.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para o Instituto. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

2.8. Avaliação do valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.9. Intangível

Refere-se a gastos pré-operacionais, que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se for o caso.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

2.12. Provisões

Reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

2.13. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes, sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação.

2.14. Apuração do superávit (déficit)

O resultado das atividades é apurado em conformidade com o regime contábil da competência. As receitas e despesas foram aplicadas em suas finalidades institucionais, em conformidade com o Estatuto Social.

As receitas do Instituto são provenientes de contratos com órgãos públicos, prestações de serviços, doações e outras captações de recursos. Os contratos possuem metas pactuadas que devem ser atingidas.

2.15. Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Corrente

Em virtude de o Instituto ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 178 a 184 do Regulamento de Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, bem como artigo 195 da Constituição Federal (CF).

2.16. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB / CPC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2019. Segue abaixo a avaliação do Instituto dos impactos destas novas normas e interpretações.

IFRS 16 Leases

O IFRS 16 (CPC 06) tornou-se obrigatório a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substituiu o IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases – Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permaneceram substancialmente os mesmos em comparação às normas anteriores. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de

forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Essa norma não trouxe impactos relevantes para as demonstrações contábeis da Entidade.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a recursos recebidos para aplicação nas finalidades descritas:

Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Educação – MEC: Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safra (IIN-ELS) e do Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (CEPS), ambos localizados em Macaíba-RN.

Termo de Convênio firmado com o Fundo Municipal de Saúde - FMS: Implantação e Operação do Centro Especializado em Reabilitação (Auditiva, Física, Intelectual e Visual) na unidade do Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (CEPS). Termo de Compromisso firmado com o Fundo Nacional de Saúde para captação de recursos através de projetos apresentados ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência – PRONAS/PCD.

	<u>Órgão</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa (Sede)	MEC	100	204
Caixa (CP - IIN-ELS Macaíba)	MEC	1.051	1.512
Caixa (CEP Saúde - Anita Garibaldi)	MEC	1.502	1.357
Banco do Brasil (Aplicação)	MEC	34.010.642	9.333.698
		34.013.295	9.336.771
Caixa (Centro de Reabilitação)	FMS	671	692
Banco do Brasil (Conta-Corrente)	FMS	-	274.550
Banco do Brasil (Aplicação)	FMS	2.720.355	2.196.308
Banco do Brasil (Aplicação)	PRONAS/PCD	379.515	371.922
Banco do Brasil (Aplicação)	PRONAS/PCD	520.339	509.929
		3.620.881	3.353.401
Caixa e Equivalentes de Caixa – Com Restrição		37.634.176	12.690.171
Banco do Brasil (Conta-Corrente)	Recursos próprios	81.877	63.571
Banco do Brasil (Aplicação)	Recursos próprios	116.852	20.676
Banco do Brasil (Conta-Corrente)	Pref. Mun. Macaíba	-	50.402
Banco do Brasil (Aplicação)	Pref. Mun. Macaíba	385.017	194.041
Caixa e Equivalentes de Caixa – Sem Restrição		583.657	328.690
		38.217.833	13.018.862

As aplicações financeiras são compostas principalmente de certificados de depósitos bancários, cuja liquidez é imediata com taxa de remuneração média no ano de 2021 de 4,41% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), mantidos em bancos com bom rating de avaliação e com boa reputação no mercado.

4. Valores a receber

	2021	2020
Valores a Receber - Contrato de Gestão - MEC	185.216.616	25.656.209
Valores a Receber - Convênio Prefeitura - Faturamento	33.613	-
Valores a Receber - Convênio Prefeitura - STORCH	130.000	-
Valores a Receber - Fundo Municipal de Saúde	6.511.796	-
Valores a Receber - Fundo Nacional de Saúde	1.950.521	1.499.321
	191.892.025	27.155.530

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a análise do vencimento do saldo de valores a receber é apresentada a seguir:

Valores a receber por idade de vencimento	2021	2020
A vencer (até 360 dias)	25.175.409	27.155.530
A vencer (após 360 dias)	166.716.616	-
	191.892.025	27.155.530

5. Adiantamentos e outros créditos

	2021	2020
MEC		
Empréstimos a receber – Filiais	2.596	2.174
Adiantamento de férias	49.688	86.678
Adiantamento de diárias	120	-
Adiantamento para despesas	267.846	442
Seguros a apropriar	15.338	4.369
Total MEC	335.588	93.662
Fundos de Saúde		
Adiantamento de férias	16.513	26.312
Seguros a apropriar	6.774	6.506
Total Fundos de Saúde	23.287	32.818
	358.875	126.480

Este grupo é composto pelos seguros contratados do exercício 2021, cujo período de vigência beneficiam o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal, bem como adiantamentos diversos, empréstimos entre as filiais e valores a recuperar das atividades operacionais.

6. Bens de terceiros

Contas de compensação

Conforme permitido no item 26 do ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros, sem prejuízo das informações econômicas divulgadas nas demonstrações contábeis, a entidade controla em conta de compensação transações ao direito de uso dos bens de terceiros.

	2021	2020
Bens de Terceiros - AASDAP	29.921.289	18.899.168
Bens de Terceiros - UFRN	28.483.713	28.483.713
Bens de Terceiros - Secretaria de Saúde Macaíba	367.960	367.960
(-) Ajuste de Vida Útil Econômica - Bens de Terceiros	(15.151.843)	(10.968.058)
Bens Administrados de Terceiros	105.090	105.090
	43.726.210	36.887.873

Ajuste de vida útil econômica

Refere-se a amortização do direito de uso dos bens de terceiros, com base na vida útil econômica ou prazo de vigência dos contratos, dos dois o menor, sendo: Acordo de Cooperação Científica AASDAP (10 anos), Cessão de Uso de Bem Público UFRN (25 anos) e Cessão de Uso de Bem Público SMSM (2 anos).

	2021	2020
(-) Ajuste de vida útil econômica - bens AASDAP	(8.422.719)	(5.516.232)
(-) Ajuste de vida útil econômica - bens UFRN	(6.361.163)	(5.221.851)
(-) Ajuste de vida útil econômica - bens SMSM	(367.960)	(229.975)
	(15.151.843)	(10.968.058)

6.1. Acordo de Cooperação Científica

Refere-se a um Acordo de Cooperação Científica assinado entre o Instituto e a Associação Alberto Santos Dumont para Apoio a Pesquisa – AASDAP. Tem por finalidade viabilizar o funcionamento, permitindo o uso de todos os bens e equipamentos disponíveis, uma vez que a AASDAP possuía estrutura nos respectivos locais.

	2021	2020
IIN-ELS Macaíba	26.610.809	15.601.976
Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde - Anita Garibaldi	3.310.479	3.297.192
	29.921.289	18.899.168

6.2. Cessão de Uso de bem público

A cessão de uso de bem público tem por objeto a cessão de uso de uma área de 995.000 m² e das benfeitorias (acessões físicas) nela existentes, além do patrimônio móvel de propriedade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, inclusive aqueles até então na posse da AASDAP em razão dos contratos de gestão do Centro Educacional de Macaíba e do Centro de Pesquisa de Macaíba. Em 17 de janeiro de 2020, seguindo orientação do Tribunal de Contas da União (T.C.U.), UFRN e Instituto assinaram Termo Aditivo Supressivo na qual a área foi fracionada da seguinte forma: I – 695.000 m² devolvidos para a UFRN e II – 300.000 m² permanecendo na posse do Instituto.

Consolidação do Patrimônio Móvel e Imóvel objeto do Contrato de Cessão UFRN x ISD - Projeto Campus do Cérebro	Descrição	Quant.	2021	2020
ESCOLA LÍGIA LAPORTA	Mobiliário	663	367.396	370.573
(-) Devolução conforme Ofício nº 034/2020	Mobiliário	(5)	-	(3.177)
	Equipamentos	52	137.580	200.435
(-) Devolução conforme Ofício nº 034/2020	Equipamentos	(31)	-	(62.855)
	Edificação	1	-	23.345.499
(-) Devolução conforme Ofício nº 034/2020	Edificação	(1)	-	(23.345.499)
Soma Parcial I			504.976	504.976
CENTRO DE PESQUISA	Equipamentos	13	1.068.216	1.236.784
(-) Devolução conforme Ofício nº 034/2020	Equipamentos	(5)	-	(168.567)
Mobiliário/Equipamentos antes na posse AASDAP	Mobiliário/ Equipamentos	240	707.722	733.597
(-) Devolução conforme Ofício nº 034/2020	Mobiliário/ Equipamentos	(44)	-	(25.875)
	Edificação	1	20.452.600	20.452.600
Soma Parcial II			22.228.539	22.228.539
CAMPUS DO CÉREBRO (Gleba e Infraestrutura)				
Gleba de 99,5 ha - Sem Benfeitorias	Imóvel	1	5.049.198	16.746.927
(-) Devolução conforme Ofício nº 034/2020	Imóvel	(0,7)	-	(11.697.728)
Rede de Distribuição de Energia	Obras	1	235.844	782.236
(-) Devolução conforme Ofício nº 034/2020	Obras	(0,7)	-	(546.392)
Projetos e Infraestrutura Viária	Obras	1	465.156	1.542.805
(-) Devolução conforme Ofício nº 034/2020	Obras	(0,7)	-	(1.077.650)
Soma Parcial III			5.750.198	5.750.198
CONSOLIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO MÓVEL E IMÓVEL OBJETO DO CONTRATO DE CESSÃO PELO PRAZO DE 25 ANOS (I + II + III)	Imóvel/Obras/ Edificações	4	26.202.799	26.202.799
	Mobiliário/ Equipamentos	883	2.280.914	2.280.914
CONSOLIDAÇÃO GERAL DO OBJETO DA CESSÃO			28.483.713	28.483.713

6.3. Secretaria Municipal de Saúde de Macaíba

Refere-se a um Termo de Cessão de Uso de Bem Público assinado entre o Instituto e a Secretaria Municipal de Saúde de Macaíba. Tem por finalidade viabilizar o transporte de pacientes, através de furgões adaptados, para compor a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

	2021	2020
Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde - Anita Garibaldi	367.960	367.960
	367.960	367.960

7. Imobilizado

Descrição	Taxa Anual de Depreciação	2021	2020
TANGÍVEL			
Bens em Uso - Verba Livre			
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	8,4-18,5%	9.990	9.990
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	15,2-20,0%	24.993	26.092
(-) Depreciação Acumulada		(9.802)	(4.484)
Imobilizado Líquido - Verba Livre		25.182	31.598
Bens em Uso - Contrato de Gestão			
Máquinas e equipamentos	4,5-51,7%	294.888	261.406
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	5,2-50,0%	955.691	806.837
Instalações	1,2-7,8%	159.773	159.773
Veículos	8,3%	78.960	78.960
Equipamentos médicos	5,1-19,2%	272.217	178.260
Aparelhos e instrumentos cirúrgicos	10%	7.900	-
Aparelhos telefônicos	5,3-21,0%	4.980	4.980
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	0,3-77,0%	1.489.594	777.336
Outros Imobilizados - Pedagógicos ou Operacionais	4,8-12,7%	483.685	115.884
Benfeitorias em Bens de Terceiros - AASDAP	10%	1.648.333	1.648.333
Benfeitorias em Bens de Terceiros – UFRN (i)		5.741.426	4.680.904
(-) Amortização/Depreciação Acumuladas		(2.184.781)	(1.907.725)
Imobilizado Líquido – Contrato de Gestão		9.286.984	6.804.948

(i) Não iniciou a amortização devido a obra ainda encontrar-se em andamento.

Bens em uso - Verba Prefeitura

Máquinas e equipamentos	20,6%	1.485	1.485
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	10,0-23,3%	21.863	21.863
Equipamentos médicos	10%	15.210	8.730
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	18,1%	1.499	1.499
(-) Depreciação acumulada		(16.767)	(10.738)
Imobilizado Líquido - Verba Prefeitura		23.290	22.839

Bens em uso - Fundos de Saúde

Máquinas e equipamentos	20,8%	2.260	2.260
Equipamentos médicos	5,1-22,2%	267.496	31.375
Outros Imob. - Pedagógicos ou Operacionais	10%	12.206	-
(-) Depreciação acumulada		(16.062)	(9.832)
Imobilizado Líquido - Fundos de Saúde		265.900	23.803

INTANGÍVEL

Marcas e Patentes		14.660	14.660
Intangível – Contrato de Gestão		14.660	14.660

A amortização/depreciação do período, lançada em despesas é R\$ 490.715 (R\$ 1.813.780 em 2020).

A movimentação do ativo imobilizado no exercício de 2021 segue:

	2020	Adições	Baixas	Transf.	2021
TANGÍVEL					
Bens em Uso - Verba Livre					
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	9.990	-	-	-	9.990
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	26.092	-	(1.099)	-	24.993
(-) Depreciação acumulada	(4.484)	(6.230)	913	-	(9.802)
Total Verba Livre	31.598	(6.230)	(186)	-	25.182
Bens em Uso - Contrato de Gestão					
Máquinas e equipamentos	261.406	38.018	(4.536)	-	294.888
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	806.837	152.137	(3.283)	-	955.691
Instalações	159.773	-	-	-	159.773
Veículos	78.960	-	-	-	78.960
Equipamentos médicos	178.260	93.957	-	-	272.217
Aparelhos e instrumentos cirúrgicos	-	7.900	-	-	7.900
Aparelhos telefônicos	4.980	-	-	-	4.980
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	777.336	717.058	(4.799)	-	1.489.594
Outros Imob. - Pedagógicos ou operacionais	115.884	367.801	-	-	483.685
Benfeitorias em bens de terceiros - UFRN	4.680.904	1.246.055	(185.533)	-	5.741.426
Benfeitorias em bens de terceiros - AASDAP	1.648.333	-	-	-	1.648.333
Imobilizações em Andamento	-	334.318	-	-	334.318
(-) Amortização/depreciação acumuladas	(1.907.725)	(472.225)	195.168	-	(2.184.781)
Total Contrato de Gestão	6.804.948	2.485.018	(2.983)	-	9.286.984

Bens em Uso - Verba Prefeitura

Máquinas e equipamentos	1.485	-	-	-	1.485
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	21.863	-	-	-	21.863
Equipamentos médicos	8.730	6.480	-	-	15.210
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	1.499	-	-	-	1.499
(-) Depreciação acumulada	(10.738)	(6.030)	-	-	(16.767)
Total Prefeitura	22.839	450	-	-	23.290

Bens em Uso - Fundos de Saúde

Máquinas e equipamentos	2.260	-	-	-	2.260
Equipamentos médicos	31.375	236.121	-	-	267.496
Outros Imob. - Pedagógicos ou operacionais	-	12.206	-	-	12.206
(-) Depreciação acumulada	(9.832)	(6.231)	-	-	(16.062)
Total Fundos de Saúde	23.803	242.097	-	-	265.900

INTANGÍVEL

Marcas e patentes	14.660	-	-	-	14.660
Total Intangível	14.660	-	-	-	14.660

8. Obrigações Tributárias

	2021	2020
Verba Livre		
ISS a recolher	3.185	-
	3.185	-
Contrato de Gestão		
PIS/COFINS/CSLL a recolher	7.902	6.520
IRRF a recolher	1.374	2.013
ISS a recolher	5.311	9.851
	14.587	18.384
Verba Prefeitura		
PIS/COFINS/CSLL a recolher	516	425
IRRF a recolher	166	137
	682	562
Verba Fundos de Saúde		
PIS/COFINS/CSLL a recolher	684	679
IRRF a recolher	143	127
ISS a recolher	652	633
	1.479	1.438
	19.933	20.385

9. Obrigações Sociais

	2021	2020
Verba Livre		
INSS a recolher – Terceiros	3.065	-
	3.065	-
Contrato de Gestão		
IRRF a recolher – Terceiros	-	1.218
IRRF s/ folha a recolher	117.877	109.454
INSS a recolher	18.347	18.207
FGTS a recolher	50.423	46.244
INSS a recolher – Terceiros	18.980	13.159
	205.626	188.282
Verba Fundos de Saúde		
IRRF s/ folha a recolher	24.135	23.587
INSS a recolher	11.531	11.126
FGTS a recolher	16.058	15.312
INSS a recolher – Terceiros	1.435	1.392
	53.158	51.417
	261.849	239.699

10. Contas a Pagar

	2021	2020
Verba Livre		
Fornecedores e Prestadores de Serviço a pagar	-	9.800
	-	9.800
Contrato de Gestão		
Fornecedores e Prestadores de Serviço a pagar	171.924	190.993
Seguros a pagar	-	9.974
	171.924	200.967
Verba Prefeitura		
Fornecedores e Prestadores de Serviço a pagar	8.136	7.400
	8.136	7.400
Verba Fundos de Saúde		
Fornecedores e Prestadores de Serviço a pagar	226.419	15.969
Empréstimo a pagar – Filiais	2.596	2.174
	229.015	18.143
	409.075	236.310

11. Provisões de férias e encargos

	2021	2020
Contrato de Gestão		
Férias	593.762	524.579
FGTS s/ Férias	47.501	41.967
	641.263	566.546
Verba Fundos de Saúde		
Férias	179.035	145.749
FGTS s/ Férias	14.323	11.660
	193.358	157.409
	834.621	723.955

12. Contrato de Gestão MEC, Contrato FMS Macaíba e FNS PRONAS/PCD - NBC TG 07 (R2)

São recursos financeiros provenientes do Contrato de Gestão firmado com o MEC, do Termo de Convênio firmado com o Fundo Municipal de Saúde do Município de Macaíba – RN e do Termo de Compromisso para captação de recursos via projetos PRONAS/PCD, e tem como objetivo principal, operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, o Instituto presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais, o Instituto atendeu NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais e a ITG 2002 (R1).

A entidade recebeu desde 2014 até o exercício corrente, bem como suas realizações as seguintes subvenções do Poder Público:

Exercício	Concedente	Recebido	Realizado
2021	Governo Federal – MS PRONAS/PCD	-	18.571
2021	Governo Municipal – Fundo Mun. de Saúde	2.635.000	2.477.536
2021	Governo Federal – MEC	38.270.624	12.043.991
2020	Governo Federal – MS PRONAS/PCD	881.852	-
2017-2020	Governo Municipal – Fundo Mun. de Saúde	10.313.325	8.777.428
2014-2020	Governo Federal – MEC	101.193.901	95.750.789
		153.294.702	119.068.316

Saldos a realizar referente às subvenções recebidas:

	2021	2020
Contrato de Gestão	42.593.614	15.275.862
Contrato FMS Macaíba	2.628.049	2.299.763
Termo de Compromisso FNS PRONAS/PCD	881.823	881.852
	46.130.486	18.457.477

13. Provisão para passivos contingentes - NBC TG 25 (R2)

Em atendimento a NBC TG 25 (R2) e respaldado por documentos recebidos da assessoria jurídica, o Instituto figura no polo passivo como responsável subsidiário de ação trabalhista movida por funcionário de empresa terceirizada, cujo risco de perda da ação é PROVÁVEL, uma vez que a reclamada principal se encontra em recuperação judicial. Em 31 de dezembro de 2021 o valor estimado de perda da ação é de R\$ 23.618.

14. Áreas de atuação

14.1. Saúde

Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (Anita):

Com foco na formação, desenvolvimento e educação permanente de profissionais de saúde, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais e políticas educacionais, o Anita realizou 52.531 atendimentos exclusivamente aos usuários do SUS, nas seguintes áreas: Pré-natal; Serviço de Assistência Especializada às gestantes e crianças vivendo com HIV/AIDS (SAE Materno-infantil); Infectologia na Gravidez; Medicina Fetal; Puericultura; Pediatria; Neurologia Infantil; Eletroencefalografia; Ultrassonografia; Fisioterapia em Neuropediatria e Estimulação Precoce do Recém-nascido; Fisioterapia na Saúde da Mulher; Psicologia Adulto e Infantil; Serviço Social e Laboratório de Análises Clínicas.

O Instituto recebeu 624 graduandos dos cursos de Fisioterapia, Medicina, Psicologia e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - oriundos do Campus Central, em Natal; da Escola Multicampi de Ciências Médicas, em Caicó; e da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA) - além de alunos da Associação Cultural e Educacional do Pará (ACEPA). Juntos, os estudantes de graduação cumpriram uma carga de 26.850 horas em atividades, superando a meta pactuada no Contrato de Gestão em 55,77%

Além dos 16 alunos próprios do Programa de Residência Multiprofissional no Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência (RESPCD), o Instituto recebeu outros 74 residentes externos vinculados ao Hospital Infantil Varela Santiago, em Natal; Escola Multicampi de Ciências Médicas (EMCM/UFRN), em Caicó; Hospital Universitário Ana Bezerra (HUAB/UFRN), em Santa Cruz; Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL/UFRN), em Natal; Maternidade Escola Januário Cicco (MEJC/UFRN), em Natal; Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN Central), em Natal; Universidade Federal de São Paulo (Unifesp/SP) e Hospital Geral Roberto Santos (Salvador/BA).

Os residentes internos e externos cumpriram 52.771 horas em atividades divididas nos cursos de Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Psicologia e Serviço Social. Entre os programas vivenciados no Instituto estão: pediatria, neurologia, cuidado à saúde da pessoa com deficiência, práticas terapêuticas, ginecologia e obstetrícia, família e comunidade, neonatal, reabilitação e saúde materno-infantil. A carga horária efetivamente atingida pelos residentes no Instituto Santos Dumont superou em 9% a meta anual estabelecida no Contrato de Gestão que era de 90% da capacidade instalada (o que corresponde a 48.600 horas anuais).

14.2. Pesquisa científica

Centro de Pesquisa do IIN-ELS de Macaíba

O Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safra (IIN-ELS) oferece, desde 2013 o Programa de Pós-Graduação em Neuroengenharia (PPGN), credenciado pela CAPES em 2013 (33280010001P2), responsável pelo primeiro curso de mestrado na área reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O PPGN é um programa multidisciplinar inserido na área de Engenharia Biomédica que possui duas linhas de pesquisa: Interface Cérebro-Máquina e Neuromodulação. Por meio da neuroengenharia se busca compreender o Sistema Nervoso Central (SNC) e desenvolver tratamentos e tecnologias ainda inexplorados para distúrbios neurológicos, como a restauração de funções sensoriais, motoras e cognitivas.

De janeiro a dezembro do ano passado, 15 estudantes foram titulados Mestres em Neuroengenharia pelo Instituto. Desses, 10 cumpriram o prazo de 24 meses para conclusão do programa. O índice do sucesso do Mestrado é o quarto indicador analisado pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Contrato de Gestão do Ministério da Educação. Em 2021, o percentual colocado como meta a ser alcançada pelo Instituto foi de 85%. Ao final do ano foi realizado 65%, o que corresponde a um alcance parcial.

Os outros cinco concluintes que finalizaram o Mestrado acima dos 24 meses o fizeram em 27 meses (3), 28 meses (1) e 30 meses (1). A pandemia do coronavírus foi apontada como um fator negativo nesse processo em virtude da adoção do isolamento social como uma das medidas mais eficazes no combate à disseminação do vírus. Como efeito, ocorreram suspensões de experimentos em laboratórios, mudanças de temática e postergação de prazos relacionados às pesquisas.

Em 2021, o Instituto superou o índice de aproveitamento de egressos do Programa de Mestrado em Neuroengenharia em 4%. Dos 16 estudantes que receberam o título de Mestre em Neuroengenharia pelo Instituto no ano anterior, sete ingressaram no doutorado e oito no mercado de trabalho. Uma estudante se preparava para a seleção de Doutorado na Universidade Federal do ABC (UFABC/São Paulo).

Foram publicados 20 artigos científicos em periódicos indexados, com 100% de pesquisadores autores do Instituto, superando a meta pactuada, de 80%. No que diz respeito à produção científica discente, houve participação em periódicos indexados, capítulos de livros, congressos, eventos e mídia social. A média mínima anual era 1,0 publicação por aluno e o Instituto obteve média 1,1.

No mais, ainda com restrição da quantidade de pessoas em circulação nos prédios do Instituto para evitar aglomerações, dos oito laboratórios disponibilizados no IIN-ELS para uso de pesquisadores externos, quatro continuaram em uso por pesquisadores de outras instituições de acordo com as orientações de segurança relacionadas à pandemia. Das 7.360 horas disponíveis foram utilizadas 235 horas (3,2%) de acordo com a meta pactuada para esse indicador.

14.3. Atendimentos no âmbito da saúde

A atividade para fins de CEBAS do INSTITUTO, se dá exclusivamente pela saúde, por meio da mantida Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi, unidade exclusiva para atendimento ambulatorial e reabilitação.

Devido ao fato de o atendimento ser somente para usuários SUS, a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), os atendimentos prestados. Por não haver atendimentos Não-SUS, não constará informações no Sistema de Comunicação e Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA).

No quadro abaixo, demonstra-se, o quantitativo dos Atendimentos Ambulatoriais Realizados e o percentual atingido:

	<u>2021</u>
Quantidade de procedimentos ambulatoriais SUS	63.598
Ambulatorial SUS	63.598
Percentual SUS final ao CEBAS	100%

15. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Entidade optou pelo método INDIRETO na elaboração do Fluxo de Caixa.

As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Financiamento são as seguintes:

- Contrato de Gestão MEC, Verba Prefeitura e Fundos de Saúde

As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Investimentos são as seguintes:

- Imobilizado

16. Seguros

O Instituto mantém apólices para cobertura de seguros em montantes julgados suficientes para cobrir sinistros dos seus bens patrimoniais e bens de terceiros.

17. Avais, fianças e garantias

O Instituto não prestou garantias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e não possuía em 31 de dezembro de 2021, quaisquer transações como interveniente garantidora.

18. Patrimônio Líquido

	2021	2020
Patrimônio Social	755.491	333.767
	755.491	333.767

18.1. Patrimônio Social

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio social do Instituto é de R\$ 755.491 (R\$ 333.767 em 2020). Na composição deste saldo, houve a transação usual de reconhecimento do déficit/superávit do exercício anterior com diminuição/aumento do Patrimônio Social no exercício vigente.

18.2. Destinação do superávit (déficit) / aumento (redução) de patrimônio social

Por ser entidade sem fins lucrativos, o Instituto não remunera, sob nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados. O déficit/superávit do exercício de 2020 foi incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e NBC ITG 2002 (R1) em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social. O superávit do exercício de 2021 será incorporado do Patrimônio Social.

19. Receita

	2021	2020
Receita Operacional - Verba Livre		
Doações	-	8.669
Patrocínios	-	8.400
Outras Captações de Recursos	262.408	54.948
Doações Recebidas-Imobilizado/Materiais	6.230	3.709
	268.639	75.726
Receita Operacional – MEC		
Contrato de Gestão-Realizado (Nota 12)	12.043.991	11.717.629
Voluntários (+)	19.962	14.950
Isenções (+)	2.041.093	1.956.286
	14.105.046	13.688.865
Receita Operacional - Prefeitura (SUS)		
Prestação de Serviços	311.829	181.572
Convenio Prefeitura	240.000	123.850
	551.829	305.422
Receita Operacional - Fundos de Saúde		
Contrato FMS Macaíba-Realizado (Nota 12)	2.477.536	2.099.271
Termo de Compromisso FNS PRONAS/PCD-Realizado (Nota 12)	18.571	-
	2.496.107	2.099.271
Receita Líquida	17.421.621	16.169.283

20. Natureza das despesas e custos reconhecidos na demonstração do resultado

O Instituto apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas e custos baseados em sua função. As informações sobre a natureza das principais despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2021	2020
Resumo das Despesas Operacionais		
Gastos com Pessoal e Encargos Sociais	(9.234.087)	(8.661.361)
Despesas Administrativas	(1.366.697)	(568.688)
Ocupações, Utilidades e Serviços	(541.247)	(440.936)
Serviços Profissionais	(3.165.772)	(2.527.328)
Locações Diversas	(38.077)	(29.617)
Despesas com Viagens	(79.349)	(56.155)
Depreciação e Amortização	(490.715)	(1.813.780)
Despesas Tributárias/Financeiras	(35.874)	(20.436)
Voluntários	(19.962)	(14.950)
Isenções	(2.041.093)	(1.956.286)
	(17.012.872)	(16.089.537)
Detalhamento das Despesas Operacionais:		
Verba Livre		
Despesas Administrativas	(154.271)	(25.589)
	(154.271)	(25.589)
MEC		
Despesas Gerais - Sede	(2.331.143)	(2.327.572)
Despesas Gerais - C. P. IIN-ELS	(5.690.971)	(4.450.304)
Despesas Gerais - CEPS Anita Garibaldi	(3.967.187)	(3.563.718)
Despesas Gerais - Campus do Cérebro	(54.691)	(1.376.034)
Voluntários	(19.962)	(14.950)
Isenções	(2.041.093)	(1.956.286)
	(14.105.046)	(13.688.865)
PREFEITURA		
Despesas Administrativas	(257.448)	(275.806)
Despesas Tributárias	-	(6)
	(257.448)	(275.812)
Fundos de Saúde		
Despesas com Pessoal	(2.092.715)	(1.916.441)
Despesas Administrativas	(401.872)	(181.490)
Despesas Tributárias	(330)	(459)
Despesas Financeiras	(1.190)	(881)
	(2.496.107)	(2.099.271)
	(17.012.872)	(16.089.537)

21. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento com aplicações financeiras - Verba Livre	4.785	177
Rendimento com aplicações financeiras - Prefeitura	10.546	3.529
	15.331	3.706
Despesas financeiras		
Despesas financeiras - Verba Livre	(1.209)	(1.377)
Despesas financeiras - Prefeitura	(1.147)	(1.167)
	(2.356)	(2.544)
Resultado financeiro	12.975	1.162

22. Voluntário

Conforme ITG 2002 (R1) item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. O montante desse serviço em 2021 corresponde a R\$ 19.962 (R\$ 14.950 em 2020). O valor ora realizado está registrado em contas específicas e reconhecido na receita e na despesa.

23. Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis, assim como obrigações a pagar e outras dívidas cujos valores são aproximados aos respectivos valores de mercado.

O Instituto não opera com instrumentos financeiros para fins especulativos, bem como derivativos.

23.1. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades classificadas como de primeira linha.

23.2. Risco de liquidez

É o risco de a Entidade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas frequentemente pela administração da Entidade.

23.3. Demais riscos financeiros

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020, o Instituto não está sujeito aos fatores de risco com: (a) taxas de câmbio; (b) risco com preço de mercadorias vendidas ou insumos adquiridos; (c) risco significativo de estrutura de capital.

24. Isenção de contribuição para seguridade social

Por se enquadrar nos pré-requisitos instituídos pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, o Instituto obteve, em 04 de outubro de 2018, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, que tem validade por 3 (três) anos.

O valor relativo à isenção previdenciária (como se devida fosse), gozado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 2.041.093 (R\$ 1.956.286, em 2020), tendo sido totalmente aplicado nos programas para a manutenção de serviços gratuitos.

24.1. Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)

As aplicações dos recursos em gratuidades atenderam ao que preceitua a Constituição Federal no artigo 195, III, § 7º, que concede a isenção da Contribuição Social (INSS) às entidades beneficentes de assistência social que atendem as exigências estabelecidas em lei. Em 28/09/2021 o Instituto protocolou requerimento para renovação da Certificação através do processo nº 25000.144811/2021-85, dentro do prazo legal, permanecendo a validade do certificado até decisão sobre o documento apresentado.

25. Eventos subsequentes

A Administração do Instituto declara a inexistência de fatos ocorridos da data de encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2021 até a data da conclusão das referidas demonstrações em 10 de fevereiro de 2021, que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Entidade ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Macaíba, 31 de dezembro de 2021.